ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E ANO SOCIAL

Art. 1º Sociedade denominada “Campestre Piscina Clube”, fundada em 12 de outubro de 1970, na cidade de Concórdia, SC, entidade associativa de natureza, recreativa, cultural, educacional, cívica e esportiva, sem fins lucrativos, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, tendo:

I – sede, administração e foro judiciário na cidade e Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina;

II – prazo de duração indeterminado e ano social coincidindo com o ano cívico.

Parágrafo único. As cores oficiais da sociedade são o azul, o branco e o verde.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º Os fundamentais objetivos que justificam a existência da sociedade são:

I – proporcionar a seus associados reuniões de caráter recreativo, artístico, cultural, educacional e cívico;

II – estimular, promover e difundir a cultura física e a prática dos desportos em geral.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 3º A sociedade constitui-se exclusivamente por sócios patrimoniais.

Art. 4º O quadro social é composto por número determinado de associados, número este que deverá ser aprovado em Assembleia Geral.

Art. 5º O ingresso na sociedade é livre a todos aqueles que se identificarem com os seus objetivos, princípios e normas, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto e em regimento interno.

Art. 6° A admissão de associados efetivar-se-á mediante aprovação de seu pedido de ingresso pela Diretoria da sociedade, mediante apresentação de proposta firmada pelo pretendente e por associado apresentante, gerando efeitos somente após integral quitação do título patrimonial.

§ 1° A aquisição de título patrimonial observará o seu valor nominal, vigente na data da integralização.

§ 2° Uma vez preenchido os requisitos de admissibilidade, na conformidade com o que preceitua o presente Estatuto e de acordo com o previsto neste artigo, ao admitido serão, desde logo, conferidos todos os direitos e obrigações decorrentes de lei, deste Estatuto, do Regimento Interno, das deliberações regularmente tomadas pela Diretoria, estas desde que emanadas de conformidade com os objetivos sociais.

Art. 7° A sociedade assegurará a igualdade de direitos dos associados sendo a ela defeso estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

Art. 8° A cada associado corresponde um título patrimonial, que por sua vez equivale a uma cota-parte da sociedade.

Art. 9° O valor real do patrimônio da sociedade, deverá ser reavaliado a cada 2 (dois) anos, ou sempre que se fizer necessário. Tal avaliação deverá ser homologada por Assembleia Geral Ordinária, ou por Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade. O valor nominal dos títulos patrimoniais, por sua vez, será atribuído usando-se o valor real do patrimônio da sociedade, dividido pelo número de cotas-parte existentes.

Parágrafo único. A avaliação do patrimônio da sociedade será submetida à Assembleia Geral pela Diretoria ou por uma comissão especialmente indicada para esse fim.

Art. 10. A comercialização do título patrimonial por seu proprietário deverá ser precedida com a assistência da sociedade, a ela cabendo o direito de exigir do sócio vendedor uma taxa de 10% (dez por cento) sobre o valor nominal do título patrimonial vigente na data da transferência.

§ 1° Não será exigida a taxa de 10% (dez por cento) sobre o título patrimonial, quando a transferência for feita de titular para dependente.

§ 2° O adquirente de título patrimonial diretamente de outro associado, na forma deste artigo, somente será admitido na sociedade desde que preenchidos todos os requisitos de admissibilidade previstos neste Estatuto.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 11 O associado em dia com suas obrigações sociais **tem direito a:**

I – tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo, opinando e votando sobre os assuntos que nela forem tratados, ressalvados os casos previstos em lei e neste Estatuto;

II – votar e ser votado para membro da Diretoria, Conselho Fiscal, Departamento Sociais, Comitês, Comissões ou outras funções de quadro societário;

III – usufruir de todas as dependências, serviços, promoções e atividades da sociedade, dentro dos limites legais, estatutários e regimentais, por si e com seus dependentes.

IV – examinar, na sede social, e, em qualquer tempo, os livros de registros da sociedade, que deverão estar à disposição dos associados;

V – propor à Diretoria ou às Assembleias Gerais medidas de interesse da sociedade;

VI – propor à Diretoria a venda de sua cota-parte, na forma prevista neste Estatuto.

Art. 12. Poderão frequentar e usufruir de todos os serviços, promoções e atividades do clube, dentro dos limites, estatutários e regimentais:

I – os sócios quites com a tesouraria;

II – cônjuge legalmente casado, ou companheiro(a) com o qual o associado(a) esteja convivendo maritalmente em união estável, aprovado pela diretoria ou órgão desta, com competência para tal;

III – filho(a) ou enteado(a) e os filhos destes, até que aqueles completarem 21 (vinte e um) anos, desde que comprovada sua dependência econômica do associado, ou em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho;

IV – filho(a) ou enteado(a) estudante universitário ou técnico, de 21 a 24 anos, devendo ser comprovada a dependência econômica e financeira do associado, caso não seja estudante, na forma deste inciso, será cobrada uma taxa, estipulada pela diretoria;

V – filho(a) ou enteado(a) universitário ou não de 24 a 26 anos, mediante pagamento de uma taxa estipulada pela diretoria.

VI – irmão, neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, do qual o associado detém a guarda judicial, até completar 21 (vinte e um)

anos ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

VII – irmão, neto ou bisneto sem arrimo dos pais, universitário ou cursando escola técnica, do qual o associado detém a guarda judicial, de 21 a 24 anos, devendo ser comprovada a dependência econômica e financeira do associado, caso não seja estudante, na forma deste inciso, será cobrada uma taxa, estipulada pela diretoria;

VIII – irmão, neto ou bisneto sem arrimo dos pais, universitário ou não de 24 a 26 anos, devendo ser comprovada a dependência econômica e financeira do associado, mediante pagamento de uma taxa estipulada pela diretoria;

IX – menor, que o associado crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial, até completar 21 (vinte e um) anos;

X – a pessoa absolutamente incapaz, da qual o associado seja tutor ou curador;

XI – os convidados de sócios que residem fora do Município de Concórdia, desde que sejam parentes de 1º e 2º graus, na ordem vertical, devidamente autorizados pela Diretoria ou pessoa designada para tal, sempre sob a inteira responsabilidade do sócio que os convidou.

Parágrafo único. Para os dependentes menores de idade, de conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para frequentar o Clube, sem a companhia dos pais ou responsável, deverá ser assinada autorização pelos pais ou responsável, a qual ficará arquivada na secretaria do Clube.

Art. 13. São deveres de cada associado:

I – subscrever e integralizar pontualmente a cota-parte adquirida junto à sociedade, bem como os aumentos de capital, nos termos deste Estatuto, nos valores, prazos e formas estipulados em Assembleia Geral;

II – pagar pontualmente os valores referentes a contribuições mensais, em valores fixados por Assembleia Geral;

III – cumprir fielmente as disposições legais que regem a boa conduta em sociedade, bem como as normas estatutárias, o regimento interno, as deliberações das Assembleias Gerais e as resoluções regularmente tomadas pela Diretoria;

IV – comparecer, assistir e participar assídua e ativamente das Assembleias Gerais;

V – abster-se de promover ou participar, dentro das dependências da sociedade, de manifestações de ordem político-partidária, religiosa ou racial;

VI – satisfazer pontualmente seus compromissos para com a sociedade, bem como exercer com dedicação e zelo os cargos para os quais for eleito ou nomeado;

VII – zelar pelo patrimônio moral e material da sociedade, colocando os interesses da coletividade acima dos individuais;

VIII – indenizar os prejuízos que, por si, dependentes ou convidados, forem causados à sociedade, desde que decorrentes de culpa ou dolo próprios.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 14. As penalidades de advertência, suspensão e exclusão, poderão ser aplicadas aos sócios e ou a seus dependentes, que cometerem infrações às normas previstas neste Estatuto, no Regimento Interno, nas Deliberações das Assembleias Gerais e nas Resoluções da Diretoria.

Art. 15. Incorrerá na penalidade de **advertência verbal ou escrita** o associado que:

I – estiver se portando dentro das dependências da sede da sociedade de modo contrário às disposições que regem a boa conduta dos associados;

II – ceder a terceiro sua carteira social, ou facilitar a não-associados a utilização indevida das dependências sociais.

III – estiver inadimplente para com a sociedade em 2 (duas) contribuições mensais, consecutivas ou não;

Art. 16. Incorrerá na penalidade de **suspensão**, por um prazo não superior a 90 (noventa) dias, o associado que:

I – reincidir na infração punida com advertência;

II – estiver inadimplente para com a sociedade em 3 (três) contribuições mensais, consecutivas ou não;

III – no caso do inciso VIII do Art. 13 deste estatuto, não saldar a dívida

dentro do prazo estipulado pela Diretoria.

§ 1º Nos casos dos incisos II e III deste artigo, a suspensão perdurará até que o associado cumpra integral e efetivamente o seu débito, em valores vigentes à data do efetivo pagamento, acrescidos de multas ou outras cominações expressamente autorizadas por Assembleia Geral.

§ 2º Serão devidas as contribuições mensais no período da suspensão.

§ 3º Considerada a gravidade do caso, em não sendo caso de exclusão do associado, poderá a Diretoria aplicar suspensão por prazo superior ao do presente artigo.

Art. 17. Incorrerá na penalidade de exclusão do quadro social o associado que:

I – deixar de integralizar, no prazo e condições fixadas de acordo com este Estatuto, as quotas e aumentos do capital social;

II – reincidir em infrações que haja dado causa a penalidade de suspensão;

III – desviar bens ou receitas da sociedade;

IV – ainda que admitido no quadro social, venha posteriormente demonstrar que não possui os requisitos, inclusive morais, exigidos pelo presente Estatuto;

V – estiver inadimplente para com a sociedade em 4 (quatro) contribuições mensais, consecutivas ou não;

VI – considerada a gravidade do caso, e não se enquadrando em nenhuma das causas de suspensão, previstas no art. 16 deste Estatuto.

Parágrafo único. O associado que for excluído receberá da sociedade o valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor nominal do título patrimonial, vigente à data da exclusão, em 4 (quatro) parcelas de igual valor, descontando-se, porém, os valores que o associado excluído tiver em débito junto ao clube.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 18. O patrimônio da sociedade constitui-se de bens imóveis, móveis, máquinas, equipamentos, utensílios, direitos e ações que a sociedade possua ou venha a possuir, seja por aquisição, seja por doação.

Parágrafo único. Em caso de dissolução da sociedade, a Assembleia Geral, especialmente convocada para essa finalidade, deliberará sobre o destino do patrimônio social, após pagas as dívidas e encargos pendentes sobre a sociedade.

CAPÍTULO VII DAS COTAS-PARTES

Art. 19. O capital social é subdividido em cotas-partes, estas em número máximo fixado em Assembleia Geral, em tantas quantos são

os associados, de modo que a cada associado cabe apenas uma cota-parte da sociedade.

Art. 20. O valor de cada cota-parte é atribuído de acordo com o previsto nos arts. 7º e 8º deste Estatuto.

Art. 21. Sendo indivisível cada cota-parte, no caso de abertura de sucessão hereditária ao cônjuge sobrevivente e os herdeiros do associado falecido deverão decidir a qual deles passará a pertencer a cota-parte, podendo comercializá-la com terceiros, de acordo com o previsto no art. 10 deste Estatuto.

§ 1º A hipótese deste artigo também será aplicado no caso de separação judicial, permanecendo os filhos com os mesmos direitos anteriores à separação, na condição de dependentes, de acordo com o previsto neste Estatuto.

§ 2º Em ambos os casos mencionados neste artigo, caberá aos herdeiros ou ao cônjuge, a quem não tenha sido partilhada a cota-parte da sociedade, o direito à aquisição de um título social, desde que haja título a venda, de acordo com o limite estabelecido quanto ao número máximo de associados.

CAPÍTULO VIII DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 22. São órgãos da sociedade:

I – Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Departamentos.

Parágrafo único. É vedado a qualquer membro dos órgãos sociais, assim como seus dependentes, auferir da sociedade qualquer espécie de remuneração pelo exercício do cargo a que foi eleito ou nomeado.

Seção I Da Assembleia Geral

Art. 23. A Assembleia Geral dos associados, que pode ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, tendo poderes para decidir os assuntos ligados ao objetivo da sociedade e tomar as resoluções convenientes à consecução de tais objetivos, e suas deliberações

vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 24. Participam da Assembleia Geral os associados em dia para com suas obrigações sociais, cabendo a cada associado, nessas condições, direito a 1 (um) voto.

Parágrafo único. Permitir-se-á que o associado ausente faça-se representar por mandatário que tenha a qualidade de associado no gozo de seus direitos sociais e não exerça cargo eletivo na sociedade, vedando-se a cada mandatário dispor de mais de 2 (dois) votos, compreendido o seu.

Art. 25. As Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 7 (sete) dias, em primeira convocação, mediante afixação de edital em local apropriado das dependências da sede da sociedade, e ainda por comunicações através de cartas circulares enviadas aos associados.

§ 1º O *quorum* mínimo de instalação das Assembleias Gerais será o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;
- b) qualquer número de associados presentes, em segunda e última convocação.

§ 2º Não havendo *quorum* de instalação no horário estabelecido para a primeira convocação, as Assembleias poderão ser realizadas em segunda convocação, conforme constará do respectivo edital, devendo ser observado o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre uma e outra convocação.

Art. 26. A convocação será feita pelo Presidente ou por qualquer dos órgãos da sociedade, ou mediante petição assinada por 2/3 (dois terços) dos associados em dia com suas obrigações sociais.

Art. 27. As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar, realizando-se a votação normalmente a descoberto, em manifestação individual, podendo a Assembleia optar pelo voto secreto.

Art. 28. É da competência das Assembleias Gerais a deliberação dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, caso em que, ocorrendo destituições tantas que possam afetar a regularidade da administração ou da fiscalização da sociedade, poderá a Assembleia

Geral designar Diretoria e Conselho Fiscal provisório, até a posse dos novos, cuja eleição se realizará em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 29. Os ocupantes de cargos sociais, bem como os associados, não poderão votar nas decisões sobre os assuntos que a eles se referirem de maneira direta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficam impedidos de tomarem parte nos debates correspondentes.

Art. 30. As deliberações das Assembleias Gerais poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que com ele tenham direta e imediata relação.

Art. 31. Tudo o que ocorrer nas Assembleias Gerais deve obrigatoriamente constar em atas circunstanciadas, lavradas em livro apropriado, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário dos trabalhos, após devidamente aprovadas.

Seção II

Da Assembleia Geral Ordinária

10

Art. 32. A Assembleia Geral Ordinária será convocada bienalmente, no decorrer dos meses de junho, deliberando sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I – prestação de contas da Diretoria, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal;

II – aprovação dos relatórios anuais;

III – eleição e posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal;

IV – quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os de competência exclusiva da

Assembleia Geral Extraordinária.

§ 1º. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e II deste artigo.

§ 2º. A aprovação do relatório, balanço e contas desonera os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou deste Estatuto.

Seção III

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 33. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 34. É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I – reforma do Estatuto;

II – fusão, incorporação ou desmembramento da sociedade;

III – mudança de objetivo da sociedade;

IV – dissolução voluntária da sociedade, nomeação de liquidantes e suas cotas;

V – deliberação que vise a mudança da forma jurídica.

Art. 35. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime familiar, prevaricação, suborno, concussão ou peculato, ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou menor.

Art. 36. A Diretoria poderá contratar pessoal para consecução dos objetivos da sociedade, fixando-lhes as atribuições e a remuneração, assim como suspender ou rescindir tais contratos.

Art. 37. Poderá a Diretoria criar, conforme dispuser em seu Regimento Interno, outros órgãos necessários à sociedade, tais como Comissões e Comitês.

Art. 38. A Diretoria poderá ser autorizada por Assembleia Geral a efetuar vendas ou aquisições de bens móveis ou imóveis.

Art. 39. Cumpre à Diretoria reunir-se mensalmente, a fim de tratar de assuntos de interesse da sociedade, independentemente de convocação para tal fim, e extraordinariamente tantas vezes quanto necessário.

Art. 40. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 41. Cabe à Diretoria manter em pleno funcionamento seus Departamentos Sociais, nomeando os seus respectivos Diretores.

Art. 42. Cabe, também, à Diretoria:

- I – sugerir a realização de atividades aos respectivos departamentos;
- II – aprovar, após os devidos estudos, os programas de atividades que forem apresentados e organizados pelos Departamentos Sociais, podendo vetá-los parcial ou totalmente;
- III – julgar, com isenção de ânimo, todas as sindicâncias internas que forem instaladas, bem como aplicar as correspondentes penalidades aos associados ou dependentes, por infração as normas estatutárias, regimentais, deliberações de Assembleia Geral ou suas próprias resoluções.
- IV – apurar o valor dos prejuízos causados por associados ou convidados deste, instando-lhe, em seguida, a reparar o dano dentro de prazo por ela fixado;
- V – regulamentar o sistema de frequência à sede social e suas dependências, o sistema de utilização de quadras esportivas mediante escala de horários e outros sistemas que julgue convenientes para haver igualdade de direitos de fruição por parte de todos os associados;
- VI – fixar as condições de locações das dependências da sede social;
- VII – apresentar, periodicamente, à Assembleia Geral, a Reavaliação do patrimônio social, procedida pela própria Diretoria ou por comissão especialmente designada, assim como propor os valores a serem fixados para as contribuições mensais;
- VIII - Realizar as despesas normais de custeio e aplicar os investimentos, quando autorizada por Assembleia Geral Ordinária, o balanço geral e o relatório de atividades.

Seção V

Do Presidente

Art. 43. Compete ao Presidente da sociedade:

- I – representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, pessoalmente ou através de preposto legalmente constituído;
- II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- III – autorizar pagamentos de compromissos financeiros da sociedade, assinando cheques juntamente com o Tesoureiro;
- IV – organizar o relatório de sua gestão, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária para aprovação;

V – assinar, com o Secretário, as correspondências emitidas pela sociedade, bem como atas, termos de abertura e encerramento de livros, bem como visar documentos quando necessário sua manifestação expressa;

VI – assinar, com o Tesoureiro, a prestação de contas de sua gestão, com balanço geral, para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, e os balanços mensais e semestrais, para aprovação pela Diretoria;

VII – resolver casos urgentes, com o respaldo da Diretoria;

VIII – assinar, juntamente com o Secretário, os documentos representativos dos títulos patrimoniais e as carteiras de identificação a serem entregues a associados admitidos e respectivos dependentes.

Seção VI

Do Vice-Presidente

Art. 44. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências, faltas ou impedimentos, com todas as prerrogativas conferidas à Presidência, e auxiliá-lo em todas as suas atribuições.

Seção VII

Do Secretário

Art. 45. Compete ao Secretário:

I – prestar colaboração direta à Diretoria e a todos os Departamentos Sociais, secretariando os trabalhos em reuniões, lavrando as respectivas atas;

II – expedir avisos, convites e correspondências;

III – manter organizados os arquivos da sociedade, zelando e mantendo atualizado o cadastro de associados e dependentes;

IV – substituir o Presidente em suas ausências, faltas ou impedimentos simultâneos com o Vice-Presidente;

V – assinar, juntamente com o Presidente, os documentos representativos dos títulos patrimoniais e carteiras de identificação a serem entregues a associados admitidos e respectivos dependentes.

Seção VIII

Do Tesoureiro

Art. 46. Compete ao Tesoureiro:

- I – manter rigorosamente atualizada a escrita contábil da sociedade, bem como receber e manter sob guarda e responsabilidade todos os valores, documentos e títulos representativos de renda;
- II – movimentar contas bancárias, assinando juntamente com o Presidente os documentos necessários;
- III – proceder ao pontual e correto pagamento dos compromissos da sociedade, devidamente comprovados por documentos hábeis, emitindo cheques e assinando-os juntamente com o Presidente ou substituto;
- IV – assinar, com o Presidente, a prestação de contas da gestão, com o balanço geral, para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e os balanços mensais e semestrais, para aprovação pela Diretoria;
- V – submeter mensalmente, ao Conselho Fiscal, os documentos referentes ao movimento da Tesouraria;
- VI – organizar e submeter à aprovação da Diretoria orçamentos detalhados para cobertura de despesas com a administração da sociedade e dos Departamentos Sociais.

Seção IX

Do Conselho Fiscal

Art. 47. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, que será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva, pela Assembleia Geral, permitindo-lhes a reeleição, a quem compete;

- I – apreciar relatórios e balanços da sociedade, a eles anexando os seus pareceres;
- II – opinar sobre assuntos de ordem econômico-financeira atinentes à sociedade, sempre quando solicitado pela Diretoria;
- III – examinar, mensalmente, e sempre que entender necessário, os registros contábeis e os respectivos documentos, lavrando ata onde consignará o seu parecer;
- IV – convocar Assembleia Geral, por vontade de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 48. O associado não pode exercer, cumulativamente, cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal.

Seção X

Dos departamentos

Art. 49. São os seguintes os Departamentos da sociedade, para cuja direção a Diretoria nomeará um associado por departamento:

I – Departamento Social;

II – Departamento de Esportes;

III – Departamento Patrimonial.

Art. 50. O Departamento Social compreenderá toda a parte social, cultural, educacional, artística e cívica da sociedade.

§ 1º Ao Departamento Social cabe a programação e direção de todas as festividades da sociedade, como seja a realização de bailes, festas, reuniões festivas, recepções e outras atividades correlatas.

§ 2º Todos os programas deverão ser submetidos previamente à apreciação da Diretoria, os quais deverão ser elaborados com todas as minúcias, inclusive previsão orçamentária das despesas.

Art. 51. Ao Departamento Esportivo caberá a organização de todas as atividades esportivas da sociedade, interna ou externamente, entre associados ou com terceiros.

Parágrafo único. O Departamento Esportivo deve ter sob seu controle e organização os quadros de horários para utilização de quadras esportivas, assim como zelar pela sua conservação e dos equipamentos e materiais nelas utilizados.

Art. 52. Ao Departamento Patrimonial caberá ter sob seu controle e organização toda a relação de bens que compõem o patrimônio da sociedade, identificando-os e registrando-os na forma apropriada.

Capítulo XI

Das disposições finais

Art. 53. As deliberações em Assembleias Gerais, o Regimento Interno, as resoluções da Diretoria e outros regulamentos que forem baixados pela sociedade são parte integrante do presente Estatuto, no que não forem contrários.

Art. 54. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pelas normas constantes do Regimento Interno, e, persistindo a omissão, pela Diretoria, com o auxílio da legislação pátria, da analogia e dos costumes.

Art. 55. Os membros da sociedade não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 56. O presente estatuto entrará em vigor a partir de 11 de dezembro de 2013, com seu texto devidamente aprovado pela Assembleia Geral, revogando-se expressamente as disposições contrárias.